

Interpretação e conceito: as formas de representação e transferência da informação da arte rupestre no Brasil

*Carlos Xavier de Azevedo Netto*¹

Resumo

A questão das formas de representação da Arte Rupestre há muito têm preocupado os arqueólogos que estudam essa forma de manifestação cultural. Essa preocupação diz respeito tanto às técnicas de registro dos painéis rupestres, quanto com as formas de comunicação das informações obtidas com o seu estudo. O presente estudo tem como objetivo discutir as formas de representação da Arte Rupestre utilizada pelos arqueólogos brasileiros e investigar a possibilidade de estabelecerem-se relações interpretativas a partir das representações feitas. O trabalho desenvolvido tem como objeto os conceitos usados na Arte Rupestre no Brasil encontrados na literatura da área que tivessem como princípio a função de transferir a informação observada entre os pares da comunidade de arqueólogos brasileiros. O problema de informação é investigado com o suporte teórico-metodológico da Ciência da Informação, evidenciando os fundamentos da semiótica e a teoria da representação. Foi possível obter-se a categorização de conceitos analíticos, sintéticos e interpretativos, destacando os problemas de sinonímia e de polissemia identificados. Os resultados encontrados

¹ Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional – NDIHR, Universidade Federal da Paraíba, Campus I - Cidade Universitária. Castelo Branco - CEP: 58059-900. João Pessoa - PB xaviernetto@gmail.com

indicaram que a interpretação da Arte Rupestre é inerente às formas com que as informações sobre essa manifestação são representadas. Este trabalho tem origem na tese de doutoramento do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação (IBICT/MCT-ECO/UFRJ).

Palavras-chave: Pintura Rupestre, Representação, Interpretação, Brasil.

Abstract

Archaeologists studying Rock Art have long been concerned with the forms of representation of these cultural expressions. This concern is related both to the techniques used for recording rock panels, and to the ways of communicating the information produced with their study. The present article aims at discussing the ways Brazilian archaeologists represent rock art, asking whether it is possible to establish interpretive relationships departing from such representations. This work focuses on concepts found in Brazilian Rock Art literature, which were developed with the aim of sharing information within the academy. The information matter is the object of inquiry, which is approached using theoretical and methodological tools provided by Information Science, especially with the support of semiotics and representation theory. Analytical, synthetic and interpretive concepts were categorized, stressing problems of synonym and polyssemy. The results indicate that the interpretation of Rock Art is inherent to the ways through which the information about this expression is represented. This work has its origin in the Doctoral Dissertation produced within the Graduate Program in Information Sciences of UFRJ.

Keywords: Rock-art, Representation, Interpretation, Brazil.

Introdução

O presente trabalho tem a sua origem na tese de doutoramento, defendida em março de 2001, para obtenção do grau de doutor em Ciência da Informação na Escola de Comunicação da UFRJ, em convênio com o Departamento de Ensino e Pesquisa do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. A referida tese visou discutir não a arte rupestre em si, mas antes, o que os arqueólogos falam, entre si, sobre essa forma do registro arqueológico, através de suas unidades de representação, visando a transferência da informação. Como hipótese principal da tese, considera-se que a interpretação da arte rupestre, não sua "tradução", só é possível na medida em que as informações observadas são transferidas entre os pares da comunidade de Arqueologia brasileira

Assim, o objetivo pretendido nesse trabalho é o discutir as unidades de representação que os arqueólogos constroem para a representação e transferência da informação observada nos painéis de Arte Rupestre. Foi possível observar que as unidades de representação possuem níveis de construção diferenciados atendendo a etapas específicas da pesquisa. Durante o desenvolvimento dos trabalhos, as unidades de representação foram agrupadas de acordo com os princípios de representação, conforme nos fala Foucault (1996), que apresentavam em sua delimitação, sendo possível, a partir daí, identificar algumas categorias de conceitos que aqui serão apresentadas.

O significado e a interpretação na arqueologia

Um dos pontos mais polêmicos com respeito à Arte Rupestre, e que pode ser colocado a toda Arqueologia, é a fide-

dignidade da interpretação de seus dados, questão que assume tal importância na Arqueologia, que os seus estudos são classificados como descritivos e interpretativos, chegando a ser definidas algumas escolas e/ou linhas de pesquisa da Arqueologia, como por exemplo o "Pós-processualismo". É por esse motivo que se deve discutir o termo interpretação e suas interrelações aos problemas levantados na Arqueologia moderna.

O ato de interpretar é tido como o último ato de uma pesquisa, que, no caso da Arte Rupestre, se apresenta como:

... uma visão arqueológica e cultural mais ampliada, uma tentativa de entender os significados sociais, conceituais, históricos e artísticos das obras. Desta forma, e somente desta forma, poderá ser possível apresentar uma interpretação, se não infalível, pelo menos consistente e coerente. (Seda, 1997:140)

As atuais tendências da Arqueologia abordam a interpretação, além da mera classificação, como fator fundamental para o avanço da disciplina, mesmo considerando que o ato de classificar implica em interpretar os dados para sua ordenação (Seda, 1997). O ato de formular hipóteses também implica em um processo de interpretação. Mas somente através das interpretações dos universos simbólicos, representados na Arte Rupestre, é que se pode formular aproximações que ajudem a compreender o comportamento humano do homem do passado, já que se tratam de representações mentais de indivíduos e seus grupos.

Considera-se a Arte Rupestre como uma manifestação detentora de informações, passíveis de serem recuperadas, já que existem um sentido, objetivo e organização na execução destes eventos. É no processo de recuperação dessas informações que a esfera da interpretação se faz mais presente, já que no processo de recuperação da informação há a necessidade de correlação dos

aspectos objetivos do registro rupestre com as suas formas de correlação, que possibilitem, pelo menos o início, de um processo de construção de significados. Portanto, a interpretação está intimamente relacionada recuperação da informação, menos aparente, contida nos painéis de Arte Rupestre.

É possível citar como exemplo o trabalho de Witley (1997), acerca da oposição masculina X feminina na Arte Rupestre do oeste norte-americano. O autor interpreta a Arte Rupestre das duas grandes tradições (Californiana e da Grande Bacia) como um jogo de poder entre os xamãs masculinos e femininos, expressos nos diferentes rituais. Para tanto, recorre ao registro etnográfico e etnohistórico, buscando as formas de ritos executados e o uso de alucinógenos, associados aos "Estados Alterados de Consciência", pelos produtores destas manifestações. Assim, apresenta a Arte Rupestre como sendo fruto de uma reafirmação do poder masculino sobre o feminino, identificando alguns momentos de sublevação da ordem, através da cronologia, disposição espacial e morfológica dos signos.

Para se chegar a interpretar qualquer tipo de fenômeno na Arqueologia, deve-se ter em mente que os objetos encontrados no solo, formadores do contexto arqueológico, representam fragmentos dos comportamentos dos seus produtores, como também ocorre com a Arte Rupestre, enquanto um dos vestígios integrantes do contexto arqueológico. Deste modo, a Arte Rupestre passa a ter sua interpretação realizada com maior validade e abrangência quando efetivamente integrada com a totalidade do registro arqueológico, considerando-se desde vestígios diretamente relacionado com as figurações, passando pelos existentes no entorno das manifestações rupestres, ou mesmo aqueles que ocorram em uma mesma área geográfica.

Na esfera da Arqueologia, toda a dedução ou inferência é realizada por meio

da cultura material, sendo que esta possui uma dimensão simbólica que se reflete e realiza na relação da comunidade humana com as coisas do mundo, afetando assim todos os comportamentos sociais, econômicos do homem. Segundo Hodder (1994:18), "Em última instância a cultura material pode ser considerada como o produto da adaptação ao meio, tanto físico como social". Tais condutas, entretanto, possuem seu *locus* tanto no social como no ecológico, já que firmam a relação do homem com o mundo da natureza e das coisas.

As manifestações encontradas em contextos arqueológicos são de origem cultural, e, portanto, o seu significado também o é, como já mencionado. Essas manifestações são reconhecidas como pertencentes à cultura material, e além de serem um reflexo do comportamento humano, também promove uma transformação deste comportamento. No caso da Arte Rupestre, além da materialidade, os signos possuem uma liberdade de expressão não permitida a outras formas materiais da cultura. Com essa liberdade maior, as manifestações rupestres têm uma marca mais profunda na modificação dos comportamentos, quer seja no momento do ritual, quer seja na magia propiciatória, quer seja em seu papel didático (Consens, 1986).

Considerando-se que as *leituras* da Arqueologia são dependentes das formas como os artefatos se relacionam entre si no espaço e no tempo, bem como com o ambiente circundante, i.e., o seu **contexto** (de acordo com Hodder, 1994), o contexto é dado pela teia de possíveis significados que os artefatos remetem ao observador, embasado pelas relações já citadas. Desta forma, os mesmos tipos de artefatos, em contextos diferentes, são provedores de significados diferenciados, mas como chegar a estes significados é que se apresenta como problema (Consens, 1991).

Nesta ótica, vários tipos de significados podem ser construídos a partir do

contexto, mas o máximo de cuidado sobre estas construções deve ser tomado. Já que os artefatos podem assumir significados diferentes, uma coisa é chegar ao significado físico dos objetos, que implique em intercâmbios de matéria, energia e informação, outra é chegar aos significados dos objetos em relação aos conteúdos estruturados das tradições históricas. Afirmo Hodder:

Se dizemos que o significado depende do contexto, então somente podemos chegar a compreender um contexto cultural em si mesmo, considerando-o como um conjunto de disposições e práticas culturais. Não podemos generalizar a partir de uma só cultura. Mesmo que no caso seja necessário utilizar proposições gerais para interpretar o passado, estas são, por sua própria natureza geral, triviais - dificilmente no centro da indagação científica. (Hodder, 1994:20)

Conforme dito anteriormente, os conceitos de significado e idéia têm sua definição, função e posição distintas, não podendo ser considerados conceitos equivalentes. Sob esta visão, o significado está diretamente vinculado ao signo que o promove, enquanto o conceito de idéia está veiculado ao juízo que se faz sobre o significado construído, como afirma Santaella (1995:42). Relacionam-se, assim, os conceitos de idéia e de interpretação, já que se considera que o ato de interpretar é a construção e atribuição de juízos de valor, no caso cognitivo, de determinado significado, não traçando uma equivalência entre estes dois conceitos, como aborda Seda (1997), muito menos relacioná-lo aos significados originais dos signos rupestres.

Mas como tornar estas interpretações, se não isentas, menos subjetivas? Uma das propostas atualmente vigentes na Arqueologia é a utilização da hermenêutica como uma forma de minimizar os efeitos mais deletérios da subjetividade que se avizinha das interpretações arqueológicas, cujas interpretações implicam em:

(...) mover-se de trás para diante entre as teorias e os dados, tentando ajustar ou acomodar uns nos outros de maneira clara e rigorosa, sendo sensíveis às particularidades dos dados e críticos a respeito dos supostos e a teoria de partida. A "cruzeza" da contrastação da hipótese com o <<método científico>> de via estreita tem acarretado muito dano em arqueologia, se bem que a prática da maioria dos arqueólogos seguem acreditando que o que descobrem é mais interessante e complexo que o que esperavam. **Sempre existe um excedente de significado que requer uma interpretação hermenêutica mais sensível** (grifo nosso). Um enfoque propriamente científico aceita a necessidade de explicar todos os dados, em toda sua particularidade, assim como exige a necessidade de comprovar, criticamente, a independência - tão só parcial - de teoria e dados. (Hodder, 1994:196)

Além da questão de hermenêutica, mencionada acima, há uma questão que cada vez mais se afirma nas formas de interpretações dos significados dos signos rupestres, que é representada pela abordagem das formas de constituição deste registro e como ele é estudado pela Arqueologia. Esta linha de pesquisa é denominada de Arqueologia cognitiva, e tem como um de seus marcos a pesquisa da constituição do registro arqueológico, e como ele pode representar comportamentos passados (Renfrew, 1995). Deste modo ganha corpo na Arqueologia a proposta de correlação entre o contexto arqueológico e um texto, enquanto uma analogia, com a idéia de "leitura" do registro arqueológico, utilizando como suporte teórico para tal a análise do discurso, proposta por Foucault (1996) e Bordieu (1989) entre outros.

No escopo do que foi discutido, para a Arqueologia, os conceitos de significado e de interpretação (oriundo do conceito de idéia) assumem características distintas e precisas. Dentro do campo arqueológico, a idéia de significado dos signos rupestres não pode estar vinculada ao significado original de seus produtores, mas antes no significado construído pelo arqueólogo no estudo do fe-

nômeno, em referência aos signos observados. Para a interpretação, não se trata de "traduzir" o que está "escrito" nos painéis, mas em estabelecer o juízo que o observador faz em relação aos significados construídos. Isto implica na retomada do aspecto cognitivo de construção e entendimento dos painéis, que somente será possível na medida em que se aborde a totalidade do registro arqueológico, a gama total de artefatos do contexto, posição esta que é cada vez mais difundida entre os arqueólogos que estudam a Arte Rupestre, de acordo com Consens & Seda (1990) e Seda (1997).

A representação na arqueologia

Com o advento da "New Archaeology", a questão da representação passa a ocupar um lugar de destaque na teoria e pensamento arqueológico, passando da mera descrição dos artefatos, em especial aqueles mais exóticos ou valiosos, para a constatação de que os artefatos resultam de comportamentos humanos. Com o desenvolvimento do pensamento arqueológico, sua afirmação, enquanto ciência, volta-se cada vez mais para os aspectos relativos à representação, chegando a conjecturar-se que a natureza da Arqueologia está inserida na teoria de representação, que pode ser exemplificada pela "Arqueologia do Saber" de Foucault (1987).

Mas é na instauração de uma perspectiva "pós-positivista" na Arqueologia, que a representação assume seu papel junto com a etapa da pesquisa arqueológica privilegiada neste momento, a interpretação. O registro arqueológico passa então a ser visto não mais como algo passível somente de descrição, mas como testemunho que representa comportamentos culturais do passado, que devem ser interpretados, à luz do instrumental teórico disponível, para o entendimento da dinâmica sócio-cultural que os produ-

ziu. Para tal, visualiza-se esse registro como um sistema simbólico, em um piso hermenêutico e semiótico, onde se aglutinam as vertentes simbólica, cognitiva e contextual (Gardin, 1992).

Como tal, os artefatos e os demais componentes do registro arqueológico podem ser considerados signos de condutas, regras, eventos e disputas de grupos sociais. Estes signos possuem a particularidade de apresentar uma existência material, cristalizada no registro observado. É na materialidade desses signos, que se potencializa o acesso ao conhecimento arqueológico, que são objetos dos diferentes procedimentos analíticos da Arqueologia. Mas:

Essa é uma estrutura fundamental do signo puramente formal? Sem dúvida não, desde que aparece como consequência de uma origem comum, a qual será chamada de função simbólica. (...) Para Hughlings Jackson (1932), não apenas a linguagem, mas também a escrita e a pantomima são representações de comportamento; eles pertencem ao mesmo fundamento, a qual permite representar através de signos e imagens. Para Head (1926), um tipo particular de comportamento existe, o qual é chamado de uma atividade de expressão simbólica e formulação, na qual um símbolo, lingüístico ou não, está presente em todo o processo entre o início e a execução de um ato; dentro dessa categoria de atividades são identificados comportamentos como linguagens e escritas diversas, assim como o cálculo, a música, planos e itinerários, projetos, dados e etc. (Molino, 1992:17)

A partir de uma ótica fundamentada na noção de "função simbólica" das expressões materiais da cultura, dada pela perspectiva do campo situado no encontro da semiótica e da hermenêutica, os estudos a respeito do caráter representacional da Arqueologia, são divididos em várias tendências, de cunho teórico-paradigmático, e de acordo com Gardin (1992:87) em um nível meta-teórico. Estas tendências são identificadas a partir de suas características fundamentais, dentro de uma abordagem semiótica da Arqueologia. Foi identificada, por este

autor, a Corrente Estruturalista, a Tendência Logicista, a Tendência Hermenêutica, as Ciências Cognitivas, a Prática Epistemológica, bem como as relações entre elas, e seu papel frente à interpretação do registro arqueológico.

Como Corrente Estruturalista, Gardin a considera quando há:

(...) uma referência a estruturas mentais parece ser suficiente para relacionar uma constituição interpretativa ao estruturalismo: assim, Hodder (1986:34ff) mistura Piaget e Chomsky com Leach e, em sua visão da fonte da Arqueologia estruturalista. (...) requerendo que o processo de interpretação seja relacionado de alguma forma aos métodos da lingüística estrutural ou antropologia: desta forma nos remetemos mais proximamente à perspectiva metodológica oferecida por Ferdinand Saussure e Claude Levi-Strauss, para nomear pelos mais ilustres pais da Semiologia essencialmente francofônica, em oposição a dominante semiótica anglofônica considerada abaixo. (Gardin, 1992:88)

Tal postura coloca esta corrente, de certa maneira, como um instrumento de informação, já que:

(...) Alguns deles não têm outra função senão melhorar a eficiência na recuperação da informação dada em alguns setores da Arqueologia; existem testes disponíveis nesse caso, como os idealizados por cientistas da informação nas últimas décadas, e dependem de nós arqueólogos, usá-los no nosso campo. (...) Se a função deles é heurística, como normalmente afirmado, o processo de avaliação consiste em verificar que o sistema semiológico usado tem sido na verdade instrumental, na descoberta de uma ou mais ordens de significados nos domínios arqueológicos concernentes, e não devem ter sido descobertas em outro lugar. (Gardin, 1992:89)

Na tendência logicista, o foco dos estudos está na estruturação, a partir de uma lógica, fundada em uma feição etnocultural específica, do registro arqueológico e as possíveis interpretações dele obtidas. Nesta tendência, existe uma problemática quanto aos aspectos da natureza e de tratamento sígnicos, no que diz respeito ao seu surgimento das se-

mioses e sua relação lógica, servindo assim, para as tentativas de reconstituição dos processos cognitivos. Dentre os problemas identificados nesta tendência:

Desta vez, duas principais categorias de problemas surgiram: (a) questões semiológicas, inevitavelmente presentes na constituição ou consulta à bases de dados; (b) questões computacionais, em um aspecto formal aos invés de um aspecto mecânico, que se forma, aparentemente, a medida em que nós tentamos reproduzir em computadores uma grande série de construções derivadas de bases de dados (como eruditos, catálogos, tipologias, classificação de objetos no tempo e espaço, interpretações funcionais, etc.). (Gardin, 1992:90)

Quanto à tendência Hermenêutica na Arqueologia, volta-se para a moderna semiótica e os vários estudos sobre seu uso na Arqueologia, como é o caso de Llamazares (1989). A Hermenêutica, aplicada à Arqueologia, converge para o que outros autores, tais como Hodder (1994) e Renfrew (1995), denominam ou de Arqueologia cognitiva, Arqueologia simbólica ou Arqueologia contextual, equivalendo ao que Gardin (1992) denomina de Arqueologia simbólica, cognitiva ou contextual (Arqueologia SCC), em uma forma aglutinativa destas facetas. Observa-se, também, uma convergência entre a hermenêutica e a semiótica, salientada na dualidade natureza x cultura, no registro arqueológico, e na questão da aproximação entre sujeito e objeto na observação dos fenômenos culturais. Então, pode-se entender que:

(...) o processo hermenêutico de interpretação estende-se por todos os tipos de fenômenos humanos (Ricouer, 1981), e critérios de validação associados à isso, são, portanto, para serem usados como uma explicação histórica ou antropológica. A arqueologia SCC, novamente parece compartilhar a mesma visão: um de seus representantes mais diferenciados, como sendo aqueles que primeiramente acentuaram o centro da questão da validação da Arqueologia simbólica (Hodder, 1982:viii), logo se achou a solução para o tipo hermenêutico, sendo chamado de consenso social, com a adesão dos seus

crédulos (Hodder, 1984); sua última posição no assunto é ainda mais liberal, ao ponto de propor que tudo seja esquecido ("Como então devemos proceder para validar? Bem, uma resposta é dizer que nós não vamos": (Hodder, 1986:93). (Gardin, 1992:93)

Para a tendência cognitivista, recorreu-se a Gardin, que comenta um trabalho de Peebles sobre princípios das ciências cognitivas, passíveis de serem aplicados à Arqueologia:

(...) Meu entendimento deste artigo é que Peebles achou nas ciências cognitivas um número de posições as quais podem servir ao propósito da 'arqueologia da mente', no sentido de Renfrew: as construções e modos simbólicos do pensamento que são concernentes a Peebles são aquelas de pessoas do passado. No que me diz respeito, eu desenho como ciências cognitivas uma incitação ao estudo da construção e modos simbólicos de pensamento erudito, assim como nossos próprios, quando nós falamos desses povos do passado. (Gardin, 1992:99)

As práticas epistemológicas, ligadas aos processos representacionais, de cunho semiótico, é aquela abordagem crítica que procura evidenciar os caminhos lógicos e estruturais seguidos para atingir as interpretações. É como um exercício, constante, de crítica e avaliação dos procedimentos utilizados dentro das várias posições teórico-metodológicas. Esta prática foi mencionada como a constante crítica e reavaliação de posições positivistas:

(...) (1) a idéia de que a busca por 'leis gerais' é o objetivo fundamental da ciência; (2) a superioridade de vários 'sistemas' nas explicações para o comportamento humano; (3) uma certa desconfiança diretamente relacionada ao, assim chamado, método tradicional de inquérito histórico, considerado como incapaz de apreender as leis e sistemas em questão; (4) inversamente, uma confiança cega nas virtudes dos métodos considerados como 'científico', também, de um modo geral, nos modos de raciocínio (como o método hipotético-dedutivo), ou com referência a ferramentas específicas, essencialmente relacionadas a matemática e computadores, etc. (Gardin, 1992:100)

Na Arqueologia brasileira, o problema da interpretação da Arte Rupestre vem há muito mostrando ser uma questão muito delicada. Dado o fato de que esta manifestação cultural, em particular, apresenta-se de modo isolado dos demais componentes do registro arqueológico, o seu tratamento se dá de maneira independente, como se tratasse de disciplina autônoma. Acresce, ainda, o fato de se tratar de um objeto que se pretende científico, mas que é, simultaneamente, manifestação de cunho artístico, o que acarreta uma justaposição de campos distintos do saber. Um dos principais fatores que contribuem para essa situação de indeterminação está relacionado às unidades de representação que os arqueólogos constroem.

O primeiro passo para a construção de unidades de representação é a interpretação dos signos como forma de aproximação dos mesmos. A raiz do problema da cientificidade, para o tratamento da Arte Rupestre, encontra-se precisamente nesses mecanismos de representação. Como foi constatado por Consens & Seda (1990), e reafirmado por Consens (1995), a profusão de unidades classificatórias, a sua particularização e a polissemia dos conceitos, acarretam a chamada de "incomunicabilidade científica", levando ao não entendimento de que os pesquisadores estão falando. Esta situação se dá devido à impossibilidade de entendimento e uso que a particularização destes conceitos acarreta. Problematizando os estudos de Arte Rupestre no Brasil, Consens e Seda (1990) reafirmam a importância dos mecanismos de representação e relacionam alguns problemas:

- a) há utilização de termos (tradição, estilo, fase) sem definição expressa;
- b) há definições que não cumprem as regras lógicas de enunciado;
- c) há termos tautológicos (ou seja, se definem explicitamente a si mesmos);
- d) alguns termos, dentro de uma mesma definição, procedem de categorias de classes diferentes (de unidades ou conjuntos; ou de descrição ou de interpretação);
- e) quando as definições se estabelecem como táxons genéticos (a fase de uma tra-

dição) quase nunca se precisam os elementos que permitem seguir o encadeamento dos conceitos utilizados e os valores (quantitativos e qualitativos) que permitem estabelecer e fazer significantes as macro-unidades. (Consens & Seda, 1990: 43)

Complementando,

No atual estado das investigações de arte rupestre no Brasil, as definições formais (de conteúdo, de utilização, de lógica, etc.) são carentes, o que motiva a existência de termos ambíguos, com hierarquia diferente e cargas semânticas distintas. (Consens e Seda, 1990:44)

A confusão dos conceitos da arte rupestre brasileira é tal que vários problemas, concernentes à transferência de sua informação, é observada. Problemas tais como polissemia e sinonímia são os mais comuns, ocorrendo também a troca de termos e de conceitos, como pode ser exemplificados na tab.1, a seguir.

É nesta ordem que se dá o discurso arqueológico sobre Arte Rupestre, em um universo simbólico, já que a mesma, pode ser considerada como composta por estruturas simbólicas, assim como seus sistemas de representação, enquanto estruturas discursivas. Tal situação leva à procura de fundamentação dentro dos pressupostos da Arqueologia cognitiva. Essa linha de pesquisa arqueológica é definida como o desenvolvimento lógico e natural das premissas de análise dos símbolos e de seu uso, através dos remanescentes materiais do passado. Segundo Fischer (1987), atuando no campo da formação do pensamento, e da comunicação, os mapas cognitivos culturais teriam a função, entre outras de estabelecer identidades culturais específicas. Para Renfrew:

Uma forma de fazer a abordagem cognitiva mais concreta é imaginar cada indivíduo possuindo um mapa cognitivo do mundo, construído a luz das próprias experiências e atividades, para que este mapa de visão de mundo servisse como referência individual para determinar futuras atividades. (Renfrew, 1995:10)

Tabela 1 - Troca de Termos entre os Conceitos de Diversos Autores

AUTOR	DATA	CONC. ORIGIN.	ATRIB. PRINC.	CONC. REF.	ATRIB. PRINC.	AUTOR	DATA
Seda	1988	Motivos/ Temática	Podem ser diversificados no tempo e espaço	Motivos	Toda e Qualquer representação presente em um painel de arte rupestre.	Mendonça de Souza	1997
Seda	1988	Temas	As associações de figuras e sua repetição	Motivos	Toda representação presente em painel de arte rupestre.	Mendonça de Souza	1997
Mendonça de Souza	1997	Motivos	Toda representação presente em painel de arte rupestre.	Temas	As associações de figuras e sua repetição	Seda	1988
Pessis	1992	Registro Emblemático	Composições essenciais que caracterizam um arranjo gráfico.	Apresentação Gráfica	São as características do processo de realização gráfica, representações corporais e materiais, regras.	Pessis	1989
Pessis	1989	Apresentação Gráfica	São as características do processo de realização gráfica, representações corporais e materiais, regras.	Registro Emblemático	Composições essenciais que caracterizam um arranjo gráfico.	Pessis	1992
Azevedo Netto	1994	Variedade	Variações estatísticas de um tipo, que marcam uma unidade espacial	Fácies	Variação de aspectos culturais de uma mesma época, encerra a idéia de espaço	Mendonça de Souza	1997

Quando essa noção de mapa é internalizada dentro do grupo passa a ser chamada de "mappa" (Renfrew, 1995:10), em que:

Eu considero a existência de uma cartografia como essa de consciência própria, a qual nós acreditamos ser parte do partilhamento da condição humana. Uma parte importante do acúmulo pessoal de experiências de cada indivíduo é a aquisição de conhecimento sobre esse mundo e a formulação sobre alguns projetos construídos ou modelos sobre sua natureza, pelo processo de cognição, o que muitas vezes é chamada de 'cartografia'. (Renfrew, 1995:10)

O uso da noção de mapa, ou *mapping*, leva à estruturação dos aspectos do mundo, que são ali inscritos, de modo a evitar-se a circularidade. Assim, a Arqueologia cognitiva, sob o prisma da noção de mapa, que:

Deste ponto de vista, o projeto de empreender uma Arqueologia cognitiva é equivalente ao estudo dos aspectos preservados de culturas materiais do passado e algumas atividades de sociedades primitivas, que nos permitiram fazer inferências válidas sobre os mapas cognitivos de seus habitantes. (Renfrew, 1995:11)

Os componentes dos conceitos

Para o entendimento da relação entre a linha teórico-metodológica adotada no trabalho, com os processos de representação, se faz necessária a identificação, análise e crítica desses processos. A identificação e análise desse processo são fundamentais de acordo com Dahlberg (1978, 1978-a), para a análise de conceitos, e em Hørland & Albrechtsen (1995), para a análise de domínio. A construção dessas representações também levará em conta o que são consideradas Informação central, marginal e pseudo-Informação, em uma relação ao que foi discutido por Jaenecke (1994), sobre o conhecimento. As representações aqui consideradas são aquelas denominadas de conceitos, enquanto unidade de conhecimento (Dahlberg, 1978). Esta análise estará voltada à localização dos elementos que fundamentam as representações e seus graus de relevância para estas mesmas representações, em comparação com o que foi proposto por cada linha teórica da Arqueologia, infe-

rindo-se assim graus de coerência nas construções das representações pelos arqueólogos.

A teoria do conceito é aquela que procura dar conta das formas de surgimento, definição e uso dos conceitos, enquanto unidades representacionais originárias na esfera do real. Todo conceito é referido por um objeto, quer ele seja individual - entendido como aquele objeto único dentre os demais, constituindo-se em unidade, situados no tempo e no espaço - quer ele seja geral - aqueles que estão fora do tempo e do espaço, representando uma categoria de objetos que possuam um ou mais atributos em comum - e que teriam como paralelo na Arqueologia a noção de tipo. Mas para o estudo e entendimento das formas de transferência da informação dentro de uma mesma comunidade científica, os conceitos considerados aqui são aqueles que estão fora da esfera da representação individual, sendo aqueles que estão afeitos a unidades mais amplas, capazes de definir as unidades individuais.

De acordo com a teoria dos conceitos, definida por Dahlberg (1978-b), a construção de conceitos deve possuir uma lógica interna que permita depreender a unidade constitutiva do conceito como uma unidade representacional. Para tanto, os conceitos devem ser construídos, em função de sua precisão, a partir de enunciados aceitos como verdadeiros. Definindo a formação de conceitos como:

(...) a reunião e compilação de enunciados verdadeiros a respeito de determinado objeto. Para fixar o resultado dessa compilação necessitamos de um instrumento. Este é construído pela palavra ou por qualquer signo que possa traduzir em fixar essa compilação. É possível definir, então, o conceito como compilação de enunciados verdadeiros sobre determinado objeto, (...). (Dahlberg, 1978-b:102)

Os conceitos, no seu processo de representar, estabelecem uma série de re-

lações entre si, ditadas pelas suas próprias características. Estas relações podem ser divididas como: relações lógicas, hierárquicas, partitivas, de oposição e funcionais (Dahlberg, 1978-b). Por relação lógica entende-se a posse de características comuns que são logicamente possíveis. Como relações hierárquicas, aquelas estabelecidas entre dois ou mais conceitos, em uma ordenação hierárquica, como o caso dos conceitos de fase e tradição. No caso das relações partitivas, quando um dos conceitos envolvidos na relação representam parte de outro. Quando há uma relação de oposição entre conceitos, ocorre a negação de um pelo outro. E no que toca às relações funcionais, esta é estabelecida pela valência semântica do verbo identificado em cada conceito, que se interligam a função original de um dos conceitos, que pode ser entendido como forma de ação implícita em cada conceito relacionado em um mesmo evento.

Os conceitos, assim entendidos, possuem propriedades que os tornam entidades definíveis, cujas propriedades são identificadas como: "fonte de saber, rígida definição, mantém muitas conexões, constituição muito específica, pertencente a uma certa categoria, etc." (Dahlberg, 1978-a:15). Neste ponto depara-se com as questões de força e abrangência de um conceito. Para isto, verifica-se o potencial de intenção e de extensão de um conceito. Para o entendimento desse potencial, é possível dizer que:

A **intenção do conceito** é a soma total de suas características. É também a soma total dos respectivos conceitos genéricos e das diferenças específicas ou características especificadoras.

Na representação da intenção do conceito numa definição nem todos os conceitos genéricos necessitam ser mencionados. (Dahlberg, 1978-b:105)

Já, no que diz respeito:

A **extensão do conceito** pode ser entendida como a soma total dos conceitos mais específicos que possui. Pode ser também

entendida como a soma dos conceitos para os quais a intenção é verdadeira, ou seja, a classe dos conceitos de tais objetos dos quais se pode afirmar que possuem aquelas características em comum que se encontram na intenção do mesmo conceito. (Dahlberg, 1978-b:105)

Como as naturezas de conceitos são definidas pelos campos de conhecimento que estão relacionados, estas são muito variadas. Os conceitos que serão tratados aqui estão afeitos à esfera do conhecimento científico. Estes conceitos serão analisados de acordo com os procedimentos metodológicos aqui adotados e descritos. Para a definição do que seria entendido como a análise e do que seriam estes conceitos, recorreu-se a Dahlberg que considera que:

(...)a verificação de características é chamada de 'análise de conceitos'. Análise de conceitos é possível de ser considerada a representação do entendimento dos fatos sobre um assunto, o item de referência. Essa é uma coisa absolutamente vital para a estruturação do conhecimento humano.

Nós podemos definir conceito científico como

a unidade de conhecimento que sintetiza as características da declaração do item de referência através do termo ou nome,
o conceito científico geral como
o conceito científico qualquer que sintetiza a característica necessária única,
o conceito científico individual como
um conceito científico qualquer que sintetize as características necessárias e acidentais. (Dahlberg, 1978-a:17)

Os conceitos científicos possuem dois tipos básicos de características na sua constituição: as essenciais e as acidentais. As características essenciais são aquelas que definem os conceitos gerais, que incorporam as essências constitutivas, onde se obtém a substância e a estrutura do conceito, e as essências consecutivas, onde se obtém as propriedades do que está se representando. As características acidentais são aquelas que definem os conceitos individuais, in-

corporando aquelas características gerais, tais como, forma, cor, textura ou outras, e as individualizantes, que localizam o conceito em certo tempo e espaço. No caso dos conceitos da Arte Rupestre, suas formas de definições e seus itens de referência, devem propiciar a aglutinação das características essenciais com as acidentais, por considerar-se que somente assim é que se pode chegar à essência dos conceitos gerais.

No processo de transferência da informação, o papel dos conceitos está intimamente ligado à recuperação da informação, já que sua existência depende da própria estruturação lógica e precisa ser integrada a um sistema de comunicação maior. Nesse sistema, a classificação e organização são baseadas, principalmente, de acordo com Datta (1977), quando considera os conceitos como formas organizacionais similares aos mecanismos ou operações mentais, citando Farradane (apud Datta, 1977). E com base em Guilford (apud Datta, 1977), Datta estabelece uma tipologia de conceitos, onde:

Os quatro tipos básicos de conceitos, denominados por Guilford, de 'figurativo', 'simbólico', 'semântico' e 'comportamental', são explicados da seguinte maneira: conceitos 'figurativos' são os que derivam dos dados perceptivos, isto é, exteriorização de objetos e entidades; conceitos 'simbólicos' são aqueles que simbolizam coisas, por exemplo, número de palavras; conceitos 'semânticos' são aqueles que expressam significados e noções dinâmicas; conceitos 'comportamentais' denotam sentimentos e emoções. (Datta, 1977:17)

Para a efetiva transferência da informação, há a necessidade de uma organização e classificação dos conceitos em unidades que possibilitam a interlocução entre membros de uma mesma comunidade discursiva. No caso da Arqueologia as estruturas e sistemas de classificação representam as formas de relação que os diferentes conceitos podem estabelecer entre si, visando com isso o

estabelecimento de um quadro contextual maior, procurando espelhar o que seria a realidade observada em um sítio. Esses conceitos podem ser entendidos como foi explicitado por Datta (1977:18), para quem os "conceitos são definidos por padrões mentais representados simbolicamente por palavras simples ou compostas, e as expressões das relações entre elas."

E como são definidos os conceitos? O que é essa definição? A definição pode ser encarada como a linha de limite, onde se dá a explanação do sentido de um conceito, com base nos seus objetos de referência, sendo pressupostos indispensáveis na elaboração e comunicação dos discursos científicos e também como elementos necessários para o crescimento do conhecimento de uma determinada área. As definições são realizadas a partir de observações sobre o objeto, procurando extrair dele atributos, características que o façam de modelo de todo um conjunto de objetos, teoricamente pertencentes a mesma classe. E essas definições são expressas, no presente caso, de forma discursiva. Assim:

Fazer uma definição equivale a estabelecer uma 'equação de sentido', sendo que, de um lado (à esquerda) encontramos aquilo que deve ser definido (o **definiendum**) e do outro (à direita) aquilo pelo qual alguma coisa é definida (o **definiens**). (Dahlberg, 1978:106)

O principal instrumento de representação adotado na arte rupestre são os conceitos formulados para dar conta dos estudos do fenômeno. O foco principal do método, aqui adotado, está centrado na análise de conceitos. Como conceito, considera-se a definição de Dahlberg (1978:5): "(...) unidade do conhecimento, compreendendo afirmações verdadeiras sobre um dado item de referência, representado por uma forma verbal". Dahlberg dissecou sua definição, identificando seus três componentes principais, que são:

(1) afirmação verdadeira é a componente de um conceito que expressa um atributo do seu item de referência.

(2) item de referência é o componente de um conceito para qual sua afirmação verdadeira e sua forma verbal estão diretamente relacionadas, sendo assim o seu referente.

(3) forma verbal (termo/nome) de um conceito é o componente que resume convenientemente ou sintetiza e representa um conceito com o propósito de designar um conceito de comunicação. (Dahlberg, 1978:5)

Os conceitos utilizados na arte rupestre brasileira

O presente estudo, ao contrário do que foi considerado por alguns autores, não se restringirá às grandes unidades classificatórias. Os conceitos que constroem o objeto, em questão, são aqueles que os arqueólogos definem e utilizam em suas pesquisas, desde os mais específicos e particulares, até os amplos e genéricos. No entanto, não só os conceitos estariam considerados aqui, mas também as formas como são definidos e as metodologias que são empregadas. Em resumo, o objeto aqui tratado é composto pelos conceitos operativos e aglutinativos construídos no âmbito da Arqueologia para tratar do fenômeno Arte Rupestre, bem como pelas metodologias que originam tais conceitos, visando entender o que e como se fala da Arte Rupestre no Brasil.

Originalmente, a grande atenção com os modos de representação arqueológica da Arte Rupestre, como já foi citado, restringia-se às grandes unidades taxonômicas, não sendo considerados todos os mecanismos de representação criados para o seu estudo. Como qualquer sistema de organização do conhecimento, os sistemas classificatórios aqui abordados são definidos por dois tipos de conceitos básicos: os analíticos e os sintéticos, assim entendidos:

No caso dos conceitos analíticos, estes podem ser entendidos como aquele conjunto de conceitos que tratam de decompor o painel rupestre em sucessivas fases, aproximando-se das etapas de observação arqueológica, até o estabelecimento das tipologias das sinalações. Para os conceitos sintéticos, estes podem ser entendidos como aquele conjunto de conceitos que tratam de agrupar tipos de sinalações, criados na primeira fase de observação das manifestações, até o estabelecimento das unidades classificatórias, no caso as tradições. (Azevedo Netto, 1998-a:05)

No decorrer das pesquisas, foi possível observar que nem todos os conceitos definidos para representar a arte rupestre no Brasil estão voltados para a transferência da informação, e por isso, parte integrante do processo de interpretação dessas manifestações. Dentre os conceitos levantados na literatura especializada, expostos na tab.2, apenas os denominados de sintéticos apresentam a potencialidade de promover essa transferência. Mas uma outra categoria, ainda não definida, mostra uma série de características que permitem essa transferência, mas em outra instância.

Tabela 2 - Os Conceitos da Arte Rupestre Levantados na Literatura

CONCEITOS	QUANTIDADE	PERCENTUAL
Analíticos	98	52,13
Sintéticos	50	26,59
Citações/Redefinições	31	16,49
Outros	09	4,79
TOTAL	188	100

Uma nova categoria de conceitos

No decorrer do processo de análise foi identificado um grupo de conceitos que não compartilhava as premissas que fundamentam as características dos conceitos analíticos e sintéticos. No caso dos primeiros, estes conceitos procuram representar os diferentes momentos de individualização dos componentes de um de-

terminado sítio, ou painel, de Arte Rupestre. Estes conceitos chegam à representação das figuras rupestres isoladas em si, como é o exemplo dado anteriormente. Os instrumentos sofrem uma variação no que diz respeito a opção teórico-metodológica de cada um dos pesquisadores interessados e produtores destes estudos. Por esse motivo e por estarem presos dentro dos discursos internos de cada grupo de pesquisa, é que se optou por deixá-los nos procedimentos analíticos.

Quanto aos conceitos sintéticos, estes estão afeitos, por sua própria natureza, à intenção de comunicação de determinadas observações, por meio de instrumentos de representação construídos para este fim. Estes conceitos são utilizados para agrupar as observações realizadas durante o processo de análise, de forma a sintetizar as informações recuperadas. São conceitos de natureza descritiva, afeitos diretamente ao universo observado pelo arqueólogo. Sua construção, prende-se ao intuito de comunicar determinada situação observada para os demais interessados no fenômeno, pertencentes à mesma comunidade discursiva, no caso a dos arqueólogos brasileiros.

O terceiro conjunto de conceitos pode ser definido, em uma primeira abordagem, por não estarem sendo usados para a realização de nenhuma das ações já descritas para os conjuntos anteriores. Estes instrumentos de representação não procuram chegar à individualização das representações rupestres, ou mesmo representá-las com o intuito de comunicar um fato observado no real. Embora possuam o intuito comunicativo, os instrumentos não se mantêm interligados a determinados contextos rupestres específicos, mas sim em estabelecer os seus nexos de significação, como pode ser visto na tab.3. Estes conceitos são de outra natureza, já que estão afeitos aos aspectos interpretativos, visando transferir não a informação observada, mas sim a informação interpretada sobre o fenômeno.

Tabela 3 - Relação dos Conceitos da Nova Categoria

AUTOR	DATA	TERMO	ATRIBUTOS DE REFERÊNCIA
Pessis	1982	Traços de Identificação	Elementos de um representação material, a partir dos quais pode ser reconhecida a realidade sensível mostrada por essa representação.
Prous	1985	Grupo Social	(...) um único tema, realizado do 'jeito' do momento, ou de um grupo social (segmento classificatório, ou escola estilística). Cada novo conjunto teria sido acrescentado num novo espaço, respeitando-se no entanto algumas normas em relação à topografia
Prous	1985	Colonização	(...) onde houve uma colonização em massa, inúmeras figurinhas pretas sobrepondo-se aos grafismos São Francisco, os quais não chegam (nem procuram) no entanto mascarar
Prous & Seda	1987	Atitude ou Maneira Positiva	(...)de maneira 'positiva', quando os recém-chegados 'respeitavam' os grafismos anteriores (pintando apenas nos lugares livres)
Prous & Seda	1987	Atitude ou Maneira Neutra	de maneira 'neutra', quando pintavam por cima sem os suprimir
Prous & Seda	1987	Atitude ou Maneira Negativa	"de maneira 'negativa', quando destroem as figuras antigas para substituí-las por novas
Seda	1988	Domínio Visual	Quando uma figura, por alguma razão (tamanho, tratamento, posição, etc.), destaca-se significativamente das demais, falamos em domínio visual, que pode ter sido intencional
Pessis	1989	Apresentação Social	Aceitando-se que cada grupo cultural, e cada Segmento da sociedade, tem procedimentos próprios para apresentar à observação de outrem, e que cada membro do grupo utiliza esses comportamentos por ocasião de qualquer interação social, pode-se pensar que tais procedimentos estarão presentes nas representações gráficas de um grupo cultural
Beltrão	1994	Transmutação ou Incorporação	Um mamífero se transmuta em outro animal (...). Homem em ema (Pajé ou Vixó-Maxzé). Antropomorfo se confunde com o corpo da ema (...). Homem 'que está na ema' (...) Homem em boi, outros animais e seres fantásticos (...)

O primeiro desses conceitos encontrado foi o definido por Pessis (1982), quando estabelece o que seriam "Traços de Identificação" dentro dos painéis de Arte Rupestre do Nordeste brasileiro. Este conceito tem como atributo principal a relação entre a representação material com o reconhecimento da "realidade sensível" que está mostrada nas representações. Sua função principal é estabelecer que tipo de fidedignidade da interpretação existe entre as representações rupestres e a realidade com que se defrontava o seu produtor, quer seja no âmbito individual, quer no grupal, sua esfera cultural.

O segundo conceito relacionado nesta categoria é o definido por Prous (1985) denominado de "Grupo Social" representado nos painéis do norte e nordeste de Minas Gerais. Os Grupos Sociais, no caso, seriam aqueles agrupa-

mentos de sinais, pertencentes a um único tema, realizados "do 'jeito' do momento", o que significa uma forma peculiar de execução, marcada como única, que representaria uma segmentação dentro da sociedade produtora das representações rupestres. Portanto este conceito estaria voltado a representar determinadas segmentações sociais interpretadas nos arranjos rupestres. Este conceito está diretamente associado ao conceito de "Colonização", onde determinados sinais de origem diferentes são interpretados como, se sobrepondo aos "grafismos São Francisco", já que não procuram mascará-los, admitindo assim uma convivência entre os dois tipos de sinais.

Um dos grupos de conceitos desta categoria é aquele definido por Prous & Seda (1987) e procura tratar das superposições entre representações de tradi-

ções culturais diferentes. Estes instrumentos de representação interpretam as diferentes atitudes dos produtores de determinada tradição rupestre quando se deparam com outras representações no suporte eleito para ser pintado e/ou gravado. Estes conceitos têm como termo geral "Atitude ou Maneira", e como termos específicos "Positiva", quando não há sobreposição de grafismos, "Neutra", quando ocorre a sobreposição mas sem suprimir os grafismos anteriores e "Negativa", quando há a substituição das figuras anteriores por outras. Estas especificidades são determinadas pela interpretação arqueológica atribuída à sobreposição dos painéis.

Outro conceito que compõe esta categoria é aquele voltado para o destaque que determinadas figuras ganham dentro dos painéis de Arte Rupestre. Este conceito foi definido por Seda (1988), com a denominação de "Domínio Visual", e se prende a características das figuras rupestres, tais como cor, proporções, tratamento e etc., interpretadas como possuidoras de destaque em relação a outras figuras, na composição dos painéis. Este conceito parte da interpretação da intencionalidade do destaque da figura, e do pressuposto de que a composição dos painéis é dada por "regras" determinadas pelo grupo que os produziu.

Outra faceta destes conceitos é representada pelo termo de "Apresentação Social", adotado por Pessis (1989). Este conceito parte da premissa de que a Arte Rupestre, mesmo intuitivamente, representa elementos, partes ou eventos da cultura que a produziu. Esta observação se dá na medida em que "cada segmento da sociedade tem procedimentos próprios de apresentar à observação de outrem", de tal forma que "tais procedimentos estão presentes nas apresentações gráficas de um grupo social". Como no caso anterior, este conceito tra-

balha, nas suas bases, com a idéia de que a produção da Arte Rupestre está afeita a regras de um determinado grupo cultural, as quais se constituem "procedimentos" de execução das representações gráficas.

O último conceito identificado com esta categoria é aquele que relaciona as mudanças das figuras rupestres em um ou vários momentos ou painéis. Este conceito foi definido por Beltrão (1994), que o denominou de "Transmutação ou Mutaçao", e está fundamentado pela observação etnológica de universos simbólicos específicos, em que um determinado elemento da composição do painel é, gradativamente, transformado em outro. Este instrumento é usado na interpretação de que determinados sinais são transformados de acordo com a significação que assumem no arranjo rupestre. A formação do conceito está a tal ponto fundada na observação etnológica, que chega a utilizar nomes indígenas para algumas figuras usadas como exemplo.

Assim, pode-se observar que os conceitos da arte rupestre, enquanto mecanismos de representação desenvolvidos para a transferência da sua informação, possuem o poder de levar as interpretações dessas manifestações. Tendo o conceito de interpretação como algo distante da noção de tradução, já que os marcos culturais que produziram essas obras, já muito está perdido. E entendendo que a interpretação dos fenômenos observados na arte rupestre, em momento algum, estão dissociados das demais manifestações do registro arqueológico, já que para a elaboração de modelos ou hipóteses explicativas do universo sócio-cultural que os produziu, deve-se procurar entender as suas manifestações inseridas no todo cultural que as produziu.

Referências Bibliográficas

- AZEVEDO NETTO, C.X. 1994. *As Gravações Rupestres do Cerrado: O Enfoque de seus signos*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro, EBA/UFRJ.
- . 1998-a. Classificação em Arte Rupestre - Os conceitos fundamentais. Seminário de Estudos da Informação da Uff, 2 / *Seminário da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação/Região Sudeste*, 1. Niterói, ANCIB/UFF/NEINFO, pp.90-98.
- . 1998. A Natureza da Informação da Arte Rupestre: A proximidade de dois campos. *Informare - Cadernos do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação*. Rio de Janeiro, UFRJ/ECO-IBICT/DEP, 4(2):55-62.
- BELTRÃO, M.C.M.C. 1994. Projeto Central - novos dados. VIII Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira. *Revista de Arqueologia*, São Paulo, 8(1):25-41.
- BORDIEU, P. 1989. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro, Difel.
- CONSENS, M. 1986. *San Luis - el arte rupestre de sus sierras*. San Luis, Dirección Provincial de Cultura, v.1.
- . 1991. Sobre función, uso y producción simbólica: Apuntes Metodológicos. In: PODESTÁ; LLOSAS; COQUET (eds.). *El Arte Rupestre en la Arquelogia Contemporánea*. Buenos Aires, M.M. Podestá, pp.31-39.
- . 1995. A incomunicabilidade em Arte Rupestre: Segunda Parte. *Anais da VII Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira*, Porto Alegre, PUCRS, pp.443-468.
- . SEDA, P.R.G. 1990. Fases, estilos e tradições na arte rupestre brasileira: a incomunicabilidade científica. V Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira. *Revista do CEPA*, Santa Cruz do Sul, ASPEC/CEPA/SAB, 17(20):33-58.
- DAHLBERG, I. 1978. *A Referent-Oriented, Analytical Concept Theory for INTERCONCEPT*. *International Classifications*, 3(5):142-151.
- . 1978-a. *Ontical Structure and Universal Classifications*. Bangalore: Sarada Ranganaathan Endowment for Library Science.
- . 1978-b. *Teoria do conceito*. *Ciência da Informação*, Brasília, CNPq/IBICT, 7(2):101-107.
- DATTA, S. 1977. *A organização de conceitos para a recuperação da informação*. *Ciência da Informação*, Brasília, CNPq/IBICT, v. 6, n. 1, p. 17-28.
- FISCHER, J. 1987. *Art Styles as Cultural Cognitive Maps*. In: OTTEN, C, 1987. *Anthropolgy & Art - Reading in Cross-Cultural Aesthetic*. Austin: University of Texas Press, p. 141-161.
- FOUCAULT, M. 1987. *A arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária. 239 p.
- . 1996. *A ordem do discurso*. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 2. ed. São Paulo, Loyola.
- GARDIN, J. 1992. Semiotic Trends in Archaeology. In: GARDIN, J.C., PEEBLES, C.S. (eds.). *Representations in Archaeology*. Bloomington/Indianapolis, University of Indiana, pp.87-104.
- GEERTZ, C. 1978. *A Interpretação das Culturas*. Tradução de Fanny Wrolbel. Rio de Janeiro, Zahar.
- HODDER, I. 1994. *Interpretación en Arqueología*. 2. ed. Barcelona, Editorial Crítica.
- HØRLAND, B., ALBRECHTSEN, H. 1995. Toward a New Horizon in Information Science: Domain Analysis. *Journal of the American Society of Information Science*, 46(6):400-425.
- JAENECKE, P. 1994. *To What End Knowledge?* *Knowledge Organization*, 21(1):3-11.
- MENDONÇA DE SOUZA, A.A.C, 1997. *Dicionário de Arqueologia*. Rio de Janeiro, Adesa.
- MOLINO, J. 1992. Archaeology and Symbol Systems. In: GARDIN, J.C., PEEBLES, C.S. (eds.), 1992. *Representations in Archaeology*. Bloomington/Indianapolis, University of Indiana, pp. 15-29.
- PESSIS, A. 1982. Métodos de Documentação Cinematográfica em Arqueologia. *CLIO (Série Arqueológica)*, Recife, 5:129-138.
- . 1989. Apresentação gráfica e apresentação social na Tradição Nordeste de Pinturas Rupestres do Brasil. *CLIO (Série Arqueológica)*, Recife, 5:11-18.

———. 1992. Identidade e classificação dos registros gráficos pré-históricos do Nordeste do Brasil. *CLIO (Série Arqueológica)*, Recife, 1(8):35-68.

PROUS, A. 1985. Exemplos de análises rupestres puntuais. *Arquivos do Museu de História Natural*, Belo Horizonte, UFMG, 10:196-224.

———. 1987. Cronologia, tradições e metodologia na Arte Rupestre do Sudoeste. In: CARVALHO, E. (ed.). 1987. Pesquisa do Passado: Arqueologia no Brasil. *Boletim do Instituto de Arqueologia Brasileira (Série Catálogos)*, Rio de Janeiro, IAB, 3:177-181.

RENFREW, C. 1995. Towards a cognitive archaeology. In: RENFREW, C.; ZUBROW (eds.). *Ancient Mind - Elements of cognitive archaeology*. Cambridge, Cambridge University Press, pp.3-12.

SANTAELLA, L. 1995. *A teoria geral dos signos - Semiose e autogeração*. São Paulo, Ática.

SEDA, Paulo R.G. 1988. *Artistas da Pedra - Pinturas e gravuras da pré-história*. Dissertação de mestrado, Rio de Janeiro, UFRJ/IFCS.

———. 1997. A questão das interpretações em arte rupestre no Brasil. *CLIO (Série Arqueológica)*, Recife, 12:139-67.

WHITLEY, D.S. 1998. Finding Rain in the Desert: Landscape, gender and far western North America rock-art. In: CHIPPINDALE, C., TAÇON, P.S.C. (eds.). *The Archaeology of Rock-Art*. Cambridge, Cambridge University Press, pp. 11-29.